# Lourenço acusa Ulysses de manobrar'

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Em desafio aberto ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o líder do PFL, deputado José Lourenço, discursou ontem protestando contra sua participação em manobras regimentais que transmitem ao País a impressão de que poderá surgir uma Constituição radical

Lourenço admitiu que o PMDB moderado pode não controlar a Comissão de Sistematização, "mas o encontro final se dará no plenário da Constituinte". E assegurou que não haverá uma Constituição radical.

O líder do PMDB, Mário Covas, em resposta ao líder do PFL, negoulhe o direito de intromissão em assuntos internos do partido e lembrou que, enquanto Ulysses Guimarães firmou seu perfil histórico como um resistente democrático, muitos dos que hoje o condenam não poderão dizer o mesmo. Ele aceitou o desafio para o confronto final no plenário da Constituinte nas decisões sobre os grandes temas nacionais.

Na origem da discussão, a alegação de José Lourenço de que o deputado Ulysses Guimarães, abandonando a postura de isenção própria a um presidente de Assembléia Nacional Constituinte, age como presidente de partido, privilegiando os seus setores mais radicais. O líder do PFL acusou Ulysses de manter, nas subcomissões, os relatores de pareceres rejeitados, para que estes elaborem um substitutivo a partir das emendas apresentadas, ao invés de substituí-los por outros, conforme determina o Regimento Interno da Consti-tuinte em seu artigo 49. Este o fato a partir do qual foi criado o clima de confrontação entre os dois partidos que, teoricamente, constituem a Aliança Democrática. Contrariando a praxe parlamentar, Covas e Lourenço não se cumprimentaram após as divergências manifestadas na tribruna, tendo este último optado por circular na parte do plenário onde se sentam os integrantes do PDS. Lourenço insistiu em que o

PMDB "converteu-se no partido do quero, posso e mando" e desafiou Ulysses a agir democraticamente, ouvindo a Mesa e as lideranças partidárias e abrindo mão de sua postura personalista ao decidir só, em nome de todos. "E o que é pior", insistiu o líder do PFL, "ignorando o regimento e a lei". Como partido, o PMDB foi ainda acusado por José Lourenço de alterar a composição das subcomis-sões para dificultar as posições de suas correntes políticas moderadas. Para o líder do PFL, Ulysses não

está agindo de acordo com a maioria silenciosa de seu partido e da Nação. Falando em nome desta maioria, Lourenço insistiu em que "nada passará neste plenário sem a nossa palavra, sem a nossa concordância" Mais: "A maioria é condutora, não é conduzida; esta maioria dirá não ao estado anárquico que se pretende implantar no País"



Em resposta a José Lourenço, o líder do PMDB, Mário Covas, assegurou que as decisões tomadas por Ulysses Guimarães enquanto presidente da Constituinte emanam de uma Mesa Diretora na qual o PFL não está presente por vontade pró-pria. Negou que o PMDB esteja fa-zendo "jogadas" nas subcomissões, mas advertiu que "nas comissões costumam influir os líderes". Quanto a Ulysses Guimarães, considerou-o, por sua história e tradição, imune às agressões daqueles que, ao contrário dele, não têm em suas biografias a marca da defesa das instituições democráticas".

"Não concedo a ninguém", sentenciou Covas apontando para Lourenço, "o direito de dizer que repre-senta a maioria do PMDB. Quem diz isto que cuide de sua casa. Que ninguém pense que nosso partido não tem compromissos com a lei, com o regimento, com a liberdade, com a Assembléia Nacional Constituinte". Covas insistiu em que a dignidade do PMDB como partido foi construída em mais de 20 anos de lutas "e, por isso, não damos a ninguém o direito de nos dar lição de democracia, embora não nos julguemos superiores a ninguém"

Covas lembrou que até mesmo as divergências de seu partido devem ser julgadas e resolvidas pelos proprios peemedebistas, "pois nosso partido é um partido sem donos".

"No passado não tivemos medo de caras mais feias do que as que hoje pensam nos intimidar", frisou o líder do PMDB na Constituinte. "Junto com o povo, arrancamos a democracia. E, se aqui (o plenário da Constituinte) é o local da luta, aqui ela será travada", concluiu Mário

#### Explicações

O líder do PFL, deputado José Lourenço, reflete a insatisfação de seu partido com a decisão do presidente da Assembléia Nacional Constituinte de manter o relator das subcomissões, mesmo quando seu parecer for rejeitado pelo órgão. Ele fez tal definição atendendo consulta do deputado José Lins (PFL-CE), presidente da Subcomissão de Economia da Assembléia Nacional Consti-

REAJUSTES ABUSIVOS-LEASING

Não pague. Recupere o que pagou indevida-nente. Tels. (011) 231-4174 259-6817.



Lourenço garante que, apesar das "manobras", a Constituição não será radical

# Subcomissão decide hoje sobre Conselho Editorial

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O parecer da Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunica-ção, elaborado pela deputada Cristi-na Tavares (PMDB-PE), foi aprova-do, ontem, em bloco com destaques para alguns itens que não mudaram a essência do capítulo da Ciência e Tecnologia, mantendo, inclusive, a reserva de mercado para a Informática. Porém, a parte mais polêmica, a de Comunicação, será votada hoje e, pela posição demonstrada pelos parlamentares dessa subcomissão, está praticamente descartada a instituição do Conselho Editorial. Dessa forma, as discussões deverão se concentrar na proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação. Na opinião do deputado Fausto

Rocha (PFL-SP), é inaceitável a criação do Conselho Editorial, "pois sou favorável à livre iniciativa e se alguém diverge da linha editorial de seu jornal deve mudar de emprego e montar seu próprio jornal". Em rela-ção ao Conselho Nacional de Comunicação, o deputado também é contra sua criação, pois acredita que a decisão sobre a concessão de canais de rádio e televisão deve ficar sob a responsabilidade única do Congres-

Os trabalhos de votação dessa subcomissão desenrolaram-se em clima bastante confuso e foram demo-

rados. Tiveram início às 10h, só se encerraram por volta das 19h, e, mes-mo assim, não houve tempo para vo-tar o capítulo da Comunicação.

PARALELO

No meio de toda a confusão armada, em parte pelas divergências entre o presidente da subcomissão, deputado Arolde de Oliveira (PFL RJ), e alguns constituintes que recla mavam de sua maneira "ditatorial" de dirigir os trabalhos, alguns depu-tados informaram sobre a existência de um relatório substitutivo ao da deputada Cristina Tavares, que con-tinha posições totalmente diferentes das que foram apresentadas à subco-missão.

O relatório foi elaborado pelo de-putado Mendes Ribeiro (PMDB-RS), em conjunto com outros deputados da subcomissão, para substituir o relatório de Cristina Tavares, caso não fosse aprovado. Segundo o deputado Fausto Rocha, o relatório elaborado pelo deputado Mendes Ribeiro ex-cluía a reserva de mercado, por acreditar que esse tema não deve ser matéria constitucional e excluía também o conselho nacional de comunicação e o conselho editorial.

Apesar de o capítulo de Ciência e Tecnologia ter sido aprovado de acordo com teor que lhe deu a deputada Cristina Tavares, o deputado Fausto Rocha garantiu que na comissão temática (que reúne as três subcomissões da área e para onde irá o parecer da Subcomissão de Ciência tende lutar para que não haja na Constituição a obrigatoriedade da reserva de mercado, mesmo para setores considerados estratégicos e es-senciais para o desenvolvimento do País. De seu ponto de vista, esse me-canismo impede que o mercado funcione livremente.

Algumas pessoas ligadas à deputada Cristina Tavares chegaram a dizer que houve a deliberada intenção de destituí-la do cargo, com base na argumentação de que se o seu relatório não fosse aprovado, a deputada deixaria o posto vago. E estaria aberta a brecha necessária para a apresentação do relatório elaborado pelo deputado Mendes Ribeiro. Essas mesmas pessoas alegaram que o de-putado Ulysses Guimarães foi contra a destituição da deputada, ressaltando que mesmo que seu relatório não fosse aprovado, ela continuaria no

No relatório da deputada Cristi-na Tavares, o capítulo aprovado da Ciência e Tecnologia prevê que "o mercado interno constitui patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da auto-nomia tecnológica e cultural da Na-ção". Mesmo para pessoas ligadas à área tecnológica, a reserva de mercado não deveria ser considerada na Constituinte, mas ser objeto de lei ordinária.

#### Propostas superam orçamento Ambiente também destaca 10% dos

Para a aprovação de centenas de bem-intencionadas propostas à Cons-tituinte, será necessário revogar os princípios da aritmética. É a conclusão que se chega ao analisar e somar todas as propostas de vinculação de tributos sugeridas pelos constituintes e que comprometeriam, de imediato, pelo menos 170% do orçamento.

Apenas o constituinte Evaldo Gonçalves (PFL-PB) pretende a vinculação de pelo menos 50% dos recursos destinados à União, Estados, municípios, Distrito Federal e territórios, que seriam obrigados a aplicar 20% para a manutenção e desenvolvimento do ensino e da cultura; 20% para a manutenção de programas de saúde e Previdência Social, e 10% para a manutenção e desenvolvimento de programas de reeducação dos menores carentes e deficientes físicos.

A proporção, elevada, ainda é considerada pequena pelo senador João Calmon (PMDB-ES), que institui em seu relatório a obrigatoriedade de apli-cação de 18% das receitas de impostos da União em Educação e 25% das receitas dos Estados e municípios. O presidente da Subcomissão de Educação, Hermes Zanetti (PMDB-RS), quer que sejam 15% da arrecadação total da União e 25% das receitas dos Estados e municípios, além de 15% das empresas públicas e de economia mista, incidindo este percentual sobre heranças, transferências e doações.

Na Subcomissão de Ciência e Tecnologia, também se propõe a exigência de aplicação de percentuais de 2 a 7% das receitas públicas em pesquisa, percentuais que variam quando aplicados ao faturamento, lucro e orçamento de indústrias, pessoas jurídicas, entidades de desenvolvimento regional e outras.

O relatório aprovado pela Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio | para pagar todos os gastos.

dispêndios nacionais para a Saúde calculados sobre o Produto Interno Bruto. Na Subcomissão do Poder Judiciário, este ficaria com o poder também de criar algumas despesas, sem neces-sariamente apontar fontes de receita e o orçamento do Ministério Público será por ele próprio elaborado para aprovação do Legislativo. A mesma Subcomissão, ao estatizar os cartórios, impõe gastos incalculáveis na desapropriação de instalações, aposentadoria dos empregados destas serventias e ainda o enquadramento dos que não quiserem se aposentar e optarem pela continuidade no serviço, porém como funcionário público.

Se aprovadas todas as propostas constitucionais que necessariamente acarretariam despesas ao Tesouro Na cional, nem mesmo o PIB integral do País, por alguns anos, seria suficiente

# Brasil e Argentina já planejam o novo avião

VALE DO PARAÍBA AGÊNCIA ESTADO

Brasil e Argentina começam a pôr em prática o acordo de 15 itens de cooperação científica e tecnológi- que envolve informática, energia nuclear, satélites e mísseis — assinado em janeiro do ano passado. Em cerimônia realizada ontem, em São José dos Campos, a Embraer assinou com a Fábrica Argentina de Material Aeroespacial (Fama) o acordo que define as bases para o desenvolvimento e produção conjunta do avião turboélice pressurizado de 19 lugares CBA-123.

O novo avião, que deve sua sigla às iniciais da Cooperação Brasil-Argentina, deverá entrar em operação comercial em quatro anos. Exigirá um investimento aproximado de US\$ 300 milhões até o início da produção seriada das primeiras unidades. O acordo determina uma distribuição de trabalho e custos na proporção de 2/3 para a Embraer e 1/3 para a Fama, com uma linha de montagem instalada em São José dos Campos e outra em Córdoba (Argen-

O CBA-123 é um avião moderno que, nos anos 90, deverá substituir o Bandeirante, oferecendo aos passa-

geiros as mesmas condições de conforto, silêncio e velocidade dos jatos que fazem linhas médias e curtas. Estudos da Embraer indicam que nos próximos dez anos, o mercado internacional absorverá 450 unidades dessa aeronave, que servirá basicamente à aviação civil, principal-mente dos Estados Unidos, mas terá suas versões militares. Pelo acordo conjunto Brasil-Argentina, o merca-do ficará dividido. A Embraer comercializará 2/3 da produção, para EUA França e países do Oriente Médio. A Argentina ficará com todos os países de língua latina e mais a Africa.

Conforme informações do presi-dente da Embraer, engenheiro Ozílio Carlos da Silva, e do chefe do Estado Maior Geral da Força Aérea Argentina, major-brigadeiro Ernesto Horá-Crespo, os recursos financeiros para tocar o programa binacional se-rão obtidos nos dois países através de empréstimos bancários, fontes privadas, capitais próprios das duas empresas aeronáuticas e (apenas por parte da Embraer) emissão de ações para serem negociadas nas bolsas de valores.

A cooperação, afirmou Ozílio Silva, "vai se estender a todos os seto-res aeroespaciais". E frisou: "Esse acordo binacional é um momento histórico para os dois países e apenas | de projetos".

O novo avião terá alto índice de intercambiabilidade entre seus sistemas com o avião Brasília, o que permitirá redução dos investimentos e menores custos de produção. A cabi-ne de pilotagem, a fuselagem e sistemas semelhantes entre as duas aeronaves tornarão mais econômico o treinamento de pilotos e mecânicos, além da recomposição de peças, favorecendo investimentos dos operadores. O modelo, de acordo com Ozílio Silva, "introduzirá o conceito de família na aviação regional".

O primeiro protótipo deverá voar destrado dos comos o produçãos comos de produçãos de comos de

dentro de dois anos e a produção seriada está prevista para daqui a quatro anos. A Embraer investiu até o momento US\$ 5 milhões no projeto. Deverá investir um total de US\$ 30 milhões até 1987 e mais US\$ 160 milhões entre 1988 e 1989. Um terço desses volores correré nor conte de desses valores correrá por conta da Argentina.

Para o major-brigadeiro argenti-no essa cooperação "vai se estender a todos os setores aeroespaciais". E destacou que os dois países, "que estiveram tanto tempo separados, começaram agora uma caminhada conjunta que vai envolver vários tipos

## Para Campos, relatório de Ciência é 'maluquice'

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O senador Roberto Campos (PDS-MT) considerou "uma maluquice" o relatório final da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Constituinte. O documento classifica o mercado nacional de "patrimônio nacional" e generaliza a reserva de mercado, "tendo em vista o desen-volvimento econômico e a autonomia tecnológica e cultural nacionais". O senador não faz parte da Subcomissão, mas garantiu que se fizesse iria falar "desaforo de todo o

Segundo Roberto Campos, o dispositivo aprovado no anteprojeto da relatora, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE); retrocede o Brasil ao começo do Império e simplesmente vira as costas ao mundo. Na sua opinião, "maluquice" maior do que pretender a autonomia tecnológica é querer a autonomia cultural, como se o País não pudesse mais ter acesso

aos grandes mestres da literatura, da música e da ciência.

"Se outros países adotarem a mesma política pretendida pelos membros da Subcomissão, considerando seus mercados internos como membros c patrimônios nacionais, vamos acabar com o comércio internacional". disse Roberto Campos, para quem "isso é como querer revogar a lei da oferta e da procura". O senador, que é membro da Comissão de Ordem Econômica, acha um verdadeiro absurdo falar em ordenamento do mercado interno. "Os mercados são regulados por suas próprias leis, e é por isso que o congelamento, uma espécie de ordenamento, nunca funciona." Roberto Campos destacou que nenhum país tem como objetivo a autonomia tecnológica, pois "o que pretendem é ter uma capacitaçãos tecnológica própria e manter o mais vasto possível intercâmbio". Como exemplo, ele citou os Estados Unidos: e o Japão. "A briga mundial não é pela reserva de mercado interno," mas pelo acesso ao mercado mundial", ressaltou Roberto Campos.



Ulysses defende o presidencialismo

### Primeira emenda sugere parlamentarismo misto

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Antes mesmo que a Constituinte tenha começado a formular os pri-meiros esboços da nova Constituicão, o senador Leite Chaves (PMDB-PR), levando as assinaturas de 60 senadores e 340 deputados, apresentou ontem à Mesa do Congresso Nacional a primeira proposta de emenda à Constituição este ano, defendendo o sistema parlamentarista misto de governo e mantendo o mandato de seis anos para o presidente José

O presidente do Senado federal, Humberto Lucena, recebeu a emenda e informou que vai examinar com a secretaria da Mesa em que colocação a proposta de alteração da atual Constituição ficará para a leitura e formação da comissão mista que vai examinar a instituição do sistema parlamentar misto de governo e a sua possível aplicação pelos Estados e municípios. A emenda precisará ter o apoio dos líderes partidários para tramitar em regime de urgência.

A proposta de Leite Chaves foi baseada nas conclusões apresentadas pela Comissão de Estudos Constitucionais dirigida por Afonso Arinos há dois anos, e serve, segundo o senador, para tirar o País da sua profunda crise econômica, política e social. Chaves lembrou que a nomea- formas de adaptação".

ção da Comissão Arinos foi o único ato do presidente eleito Tancredo-Neves, pouco antes da sua morte. O trabalho da comissão, por isso, no seu entender, não deve ser deixado"

A emenda de Leite Chaves, até há dois meses procurador da Justiça-Militar, que assumiu o Senado na vaga do governador do Paraná, Alvaro Dias, propõe o sistema misto de parlamentarismo com um governo de sponsabili dente da República, que seria eleito diretamente, e o presidente do conselho de ministros, ao qual caberia a direção e a responsabilidade política do governo e da administração fe-

Ulysses

Ontem, ao abrir a sessão no últi-mo dia do seminário sobre parlamen-tarismo e presidencialismo, promovi-do pelo Ministério da Administração, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reafirmou sua preferência pelo presidencialismo, como a melhor forma de governo para o País. Destacou, entretanto, que se deve adotar o que classificou de "temperos parlamentaristas", de forma a proporcionar maiores poderes ao Legislativo. Ulysses Guimarães entende que o Brasil "está preparado para iniciativas do Estado que sejam contemporâneas, mesmo que sejam

-Diplomacia—

# Aécio revela a Tutu apoio de constituintes



Tutu e Newton na Pampulha

## BELO HORIZONTE AGÊNCIA ESTADO

O arcebispo sul-africano Desimond Tutu recebeu ontem, durante sua visita de menos de três horas a Belo Horizonte, um manifesto com assinaturas de 311 deputados e senadores constituintes exigindo do go-verno brasileiro o imediato rompi-mento de relações diplomáticas com-a África do Sul. O documento foi entregue pelo deputado Aécio Neves, do PMDB mineiro, que anunciou seuenvio, ontem mesmo, ao presidente

José Sarney.

Apesar da curta duração, a visita da Desmond Tutu a Belo Horizonte foi bastante tumultuada. Desorientados, os assessores do governo Newton Cardoso, que receberam o arcebispo no Aeroporto da Pampulha, e seus truculentos seguranças pratica-mente impediram que o religioso fa-lasse à imprensa. Entre socos e empurrões, ele pôde responder a poucas perguntas, revelando mais uma vez, sua insatisfação com a decisão do governo brasileiro de continuar mantendo relações com a África do Sul. "Mesmo assim, estou satisfeito com a viagem", explicou o arcebispo, para quem o Brasil já ajudou "um pou-co" na luta contra o apartheid. "Mas gostaria que isso fosse intensificado,

daqui em diante."

Na Universidade Federal de Minas, ele recebeu o título de Doutor-Honoris Causa e falou, de improviso, para mais de mil professores e alunos. Depois de Belo Horizonte, Desago mond Tutu seguiu para o Rio de Ja-